

AÇÃO PENAL 1.354 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REVISOR : **MIN. NUNES MARQUES**
AUTOR(A/S)(ES) : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**
RÉU(É)(S) : **LUIS ANTONIO VEIGA**
ADV.(A/S) : **MARTA ELAINE CESAR PADOVANI**
ADV.(A/S) : **TANIELI TELLES DE CAMARGO PADOAN**

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República imputando ao investigado **LUIS ANTONIO VEIGA**, brasileiro, nascido em 23/06/1970, filho de Terezinha dos Santos Veiga e Vitor Veiga, CPF nº 653.317.709-59, residente na Rua Afonso Moreira, nº 103, Bairro Boehmerwald, Joinville/SC, CEP: 89.235-100, a prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), observadas as regras do art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

De acordo com a peça acusatória, os fatos criminosos imputados circunscrevem-se aos delitos acima referidos, na medida em que o acusado se associou a outros manifestantes (réus em ações penais diversas, em curso perante esta Corte), em acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, localizado em Brasília/DF, com o objetivo de praticar crimes contra o Estado Democrático de Direito, passando a incitar, publicamente, animosidade das Forças Armadas contra os demais Poderes da República (eDoc. 1).

LUIS ANTONIO VEIGA foi notificado no Centro de Detenção Provisória II, no Complexo Penitenciário do Distrito Federal, no dia 25/2/2023 (eDoc. 4), para apresentar resposta à denúncia no prazo legal, oportunidade na qual, requereu, em síntese: (a) a remessa dos autos ao juízo competente de primeira Instância da Justiça Federal, nos termos do

AP 1354 / DF

art. 109 da CF/88; (b) a absolvição sumária do denunciado; (c) a rejeição da denúncia; (d) seja reconhecida a ilegalidade da prisão preventiva e por conseguinte a nulidade das provas extraídas; (e) seja reconhecida a nulidade da ausência de voz de prisão; (f) a absolvição do acusado; (g) a juntada do vídeo da audiência de custódia, provas periciais do aparelho de celular e todas as provas até o momento produzidas; (h) seja disponibilizado à defesa todas as imagens de gravação contidas nas câmeras de segurança da Praça do Três Poderes; (i) a intimação das testemunhas arroladas na peça acusatória; (j) a concessão de justiça gratuita; e (k) a restituição do aparelho celular apreendido em posse do réu (eDoc. 8).

A Denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 1º/6/2023 (eDoc. 21).

Em 14/6/2023, a ação penal foi a mim distribuída e, na mesma data, determinei a citação do réu (eDoc. 24).

Efetivada a citação (eDoc. 36), foi apresentada defesa prévia e foram arroladas 7 (sete) testemunhas (eDoc. 30).

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, André Salomon Tudisco, na data de 16/8/2024 (eDoc. 56), oportunidade em que foi ratificado o requerimento de desistência das testemunhas arroladas na denúncia, bem como houve a desistência da oitiva das testemunhas arroladas pela Defesa (eDoc. 73). Em seguida foi realizado o interrogatório do réu, que optou por exercer o seu direito constitucional ao silêncio (eDoc. 77).

Os termos de audiência, bem como a gravação dos respectivos atos, foram disponibilizados nos autos pela Secretaria Judiciária (eDocs. 73-78).

Intimadas as partes em audiência para requerimento de diligências (art. 402 do Código de Processo Penal e art. 10 da Lei 8.038/90), a Procuradoria-Geral da República requereu *“a intimação da Polícia Federal, para que esclareça se o telefone celular já foi restituído ao réu Luís Antônio Veiga e se foram extraídos os seus dados e analisado o conteúdo, bem como apresente,*

AP 1354 / DF

em caso positivo, o laudo do exame pericial e o relatório de análise respectivos” (eDoc. 71), deferido em 19/8/2024 (eDoc. 79). Por sua vez, a Defesa não apresentou quaisquer pedidos.

Por meio do Ofício eletrônico nº 4250580/2024 - CINQ/CGRC/DICOR/PF, a Polícia Federal encaminhou aos autos os anexos digitais referentes ao Laudo 1765/2024 (eDocs. 91-92).

Em despacho de 13/12/2024, determinei a abertura de vista para a apresentação, sucessivamente, das alegações finais, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/90 (eDoc. 93). Na mesma oportunidade, determinei à Secretaria Judiciária que oficiasse aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais Eleitorais da residência da acusada, bem como ao TJDF e TRF1, para que enviassem as certidões de antecedentes criminais da acusada, observando que, na hipótese de ser positiva, deveria vir acompanhada da certidão de objeto e pé, com efetivo detalhamento do trâmite do processo mencionado (eDoc. 93).

Em 2/1/2025, a Procuradoria-Geral da República apresentou os seguintes argumentos em alegações finais (eDoc. 105):

1) os elementos de informação obtidos na fase inquisitiva e as provas produzidas durante a instrução processual comprovaram a materialidade e a autoria delitivas nos autos;

2) o propósito ilícito da associação criminosa, plenamente difundido e conhecido por seus integrantes, insuflava as Forças Armadas à tomada do poder, tendo como substrato a alegação de fraude eleitoral e exercício arbitrário dos Poderes Constituídos. Com a participação do réu, o grupo possuía como objetivo último o impedimento do exercício dos Poderes Constitucionais e a deposição do governo legitimamente constituído, incitando o Exército Brasileiro a estabelecer e consolidar regime de exceção;

3) o delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de pelo menos três

AP 1354 / DF

pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar;

4) o delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação, com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os Poderes Constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

Requeru, ao fim, que a PROCEDÊNCIA da ação penal pública condenar o réu pelas condutas penais de associação criminosa (art. 288, caput, do CP) e incitação ao crime, na forma equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, do CP), nos termos do art. 69, caput, do CP (concurso material).

Por sua vez, a Defesa de **LUIS ANTONIO VEIGA** apresentou alegações finais alegando as preliminares de cerceamento de defesa por ausência de acesso às provas colhidas e de ausência de voz de prisão dada ao acusado. No mérito, sustentou a necessidade de sua absolvição, uma vez que o acusado não haveria participado de qualquer manifestação, mas tão somente pernoitado no Quartel-General do Exército. Formulou, ao final, os seguintes requerimentos (eDoc. 108):

“Ante o exposto, preliminarmente, requer

a) Seja reconhecido o CERCEAMENTO DE DEFESA, realizando a CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, determinando que todas as provas e informações carreadas ao processo sejam disponibilizadas em sua INTEGRIDADE a defesa, visando a aferição da regularidade das provas produzidas;

b) O reconhecimento da nulidade decorrente da ausência de voz

AP 1354 / DF

de prisão ao acusado, conseqüentemente, deixando de advertir o acusado de suas garantias Constitucionais, contaminando os demais atos, impondo o reconhecimento da nulidade de todas as provas decorrentes disso, e, por conseqüência, absolvendo o acusado com fulcro no artigo 386, inciso II, V ou VII, do CPP;

c) O reconhecimento da nulidade diante da comprovação da ausência de informação ao acusado sobre os seus direitos no momento da abordagem, em especial, ao direito ao silêncio, consubstanciando-se em nulidade absoluta, contaminando os demais atos subsequentes, impondo o reconhecimento da nulidade de todas as provas decorrentes disso, e, por conseqüência, absolvendo o acusado com fulcro no artigo 386, inciso II, V ou VII, do CPP;

d) O reconhecimento que a prisão do acusado foi mediante sequestrado, sendo o ato totalmente nulo e criminoso, que contamina todos os outros atos dele decorrentes, impondo o reconhecimento da nulidade de todas as provas decorrentes disso, e, por conseqüência, absolvendo o acusado com fulcro no artigo 386, inciso II, Vou VII, do CPP.

E, no mérito, requer:

a) A absolvição do acusado por atipicidade da conduta, haja vista que as condutas praticadas pelo réu não constituem crime, com fulcro no artigo 386, III, do CPP;

b) A absolvição do réu com fulcro no artigo 386, VI, do CP, em virtude do erro de tipo;

c) A absolvição do acusado com base no erro de proibição invencível, com fulcro no artigo 386, VI, do CPP. Subsidiariamente, caso considere tratar de erro vencível, a pena do acusado deverá ser diminuída no patamar máximo. Ademais, subsidiariamente, deverá ser reconhecida a atenuante do desconhecimento da lei;

d) A absolvição do acusado com fulcro no artigo 386, VI, do CPP, em virtude do resultado diverso do pretendido;

e) A absolvição do acusado dos crimes do artigo 288, caput, do CP, e artigo 286, parágrafo único, do CP, com fulcro no artigo 386, III, do CPP, diante da atipicidade da conduta devido se tratar de crime

AP 1354 / DF

impossível por absoluta ineficácia do meio;

f) A absolvição do réu com fulcro no artigo 386, V, do CPP, diante da ausência de autoria;

g) A absolvição do réu com fulcro no artigo 386, II, do CPP, diante da ausência de materialidade;

h) A absolvição do réu com fulcro no artigo 386, II, V, VII, do CPP, diante da ausência de individualização de sua conduta;

i) A absolvição da ré diante da inexistência de provas suficientes para condenação, devendo ser aplicado o princípio do in dubio pro reo, absolvendo o acusado com fulcro no artigo 386, VII, do CPP;

j) A absolvição do réu do crime tipificado no artigo 288, caput, do CP, com fulcro no artigo 386, II, V, VI, do CPP;

k) A absolvição do réu do crime previsto no artigo 286, parágrafo único, do CP, na forma do art. 386, II, V, VII, do CPP;

l) Que a pena base deve ser fixada no mínimo legal, haja vista que as circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP são favoráveis;

m) Seja reconhecida a atenuante do desconhecimento da lei (art. 65, II, do CP), ter procurado por espontânea vontade minorar as consequências (art. 65, III, b, do CP) e cometido sob a influência da multidão em tumulto (art. 65, III, e, do CP);

n) Seja aplicado o regime inicial aberto, com fulcro no artigo 33, §2º, c, do CP.”.

1. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA.

À Defesa foi assegurada plena atuação em favor do réu durante todo o trâmite desta ação penal, com meios e recursos a ela inerentes e observância das garantias intrínsecas à própria concepção do devido processo legal.

A Denúncia foi oferecida pela Procuradoria-Geral da República (eDoc. 1) e **LUIS ANTONIO VEIGA** foi notificado no dia 25/2/2023 (eDoc. 4).

AP 1354 / DF

A Denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 1º/6/2023 (eDoc. 21).

Em 14/6/2023, a ação penal foi a mim distribuída e, na mesma data, determinei a citação do réu (eDoc. 24).

Efetivada a citação (eDoc. 36), foi apresentada defesa prévia e e foram arroladas 7 (sete) testemunhas (eDoc. 30).

A instrução ocorreu em audiência de 16/8/2024, oportunidade que o réu foi interrogado (eDoc. 75).

Em 2/1/2025, a Procuradoria-Geral da República apresentou alegações finais, ao passo que a Defesa do acusado apresentou alegações finais em 11/2/2025.

Não há dúvida, ainda, de que foi franqueado à defesa acesso, na íntegra, aos elementos de prova constantes dos autos, o que permitiu-lhe o exercício da ampla defesa.

Ainda, as teses defensivas sustentando nulidades durante a prisão do acusado já foram enfrentadas no transcurso da Ação Penal, ao passo que não se visualizam nulidades, provas ilegais ou prejuízo à Defesa.

Ressalte-se que a defesa não apontou qualquer fato específico que poderia, eventualmente, caracterizar comprometimento ao devido Processo Legal e desrespeito ao contraditório e ampla defesa.

Do exposto, infere-se que à defesa foi oportunizada a utilização das faculdades processuais que asseguram a sua efetiva participação no impulsionamento e desdobramentos do feito, a viabilizar, inclusive, todos os meios legítimos de prova para refutar a tese sustentada pela acusação na Denúncia, não prosperando qualquer argumento de cerceamento do exercício daqueles direitos.

Portanto, AFASTO A ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELO CERCEAMENTO DE DEFESA.

2. CONTEXTO DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS: ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) E INCITAÇÃO AO CRIME, EQUIPARADA PELA

AP 1354 / DF

ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP) – CO-AUTORIA DE LUIS ANTONIO VEIGA.

O Ministério Público imputou ao denunciado **LUIS ANTONIO VEIGA** as condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do CP) e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, do CP), nos termos do art. 69, *caput*, do CP (concurso material), narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos multitudinários.

O Ministério Público sustenta, em alegações finais, a plena caracterização dos delitos multitudinários na presente hipótese, afirmando, em apartada síntese, que os crimes cometidos pelo réu foram resultado da união de indivíduos com o objetivo de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito e de realizar um golpe de Estado.

A associação criminosa, com propósito ilegal amplamente conhecido por seus membros desde o início, incentivava as Forças Armadas a tomar o poder sob a alegação de fraude eleitoral e de exercício arbitrário dos poderes constituídos.

O PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498, 1.416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.

Como ensinado por NILO BATISTA,

“De índole completamente diversa é a hipótese do chamado crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65,

AP 1354 / DF

inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2º ed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).

No mesmo sentido, os ensinamentos de JULIO FABBRINI MIRABETE:

“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019,página 234).

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois, ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

“nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada

AP 1354 / DF

agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo desde que se permita o exercício do direito de defesa” (HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/04/1996, Publicação: 07/06/1996).

Nesse mesmo sentido: HC 75868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 10/02/1998, DJ 06-06-2003; HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 34/04/1996, DJ 07-06-96); HC 71899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 04/04/1995, DJ 02-06-95). É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

“(...) não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta individualizada de cada participante da quadrilha” (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Nesse sentido, destaco o voto do Ministro CRISTIANO ZANIN (AP 1.060, de minha relatoria, Sessão Plenária de 13/9/2023):

Essa forma de praticar crimes, especialmente na era da internet, está sendo estudada nos mais diversos países e causa enorme inquietude. Tais estudos nos oferecem a ideia de que os crimes praticados por multidões em tumulto indicam a presença de uma espécie de contágio mental que transforma os aderentes em massa de manobra. De fato, uma análise multidisciplinar do tema mostra que no caso das multidões em tumulto diversos fenômenos psicológicos entram em ação para criar uma ideia de sugestibilidade: os componentes da turba passam a exercer uma enorme influência recíproca, desencadeando um efeito manada, apto a gerar o que se chama de desindividualização (ou perda das características individuais),

AP 1354 / DF

que pode levar à prática de atos ilícitos de enorme gravidade.

No mesmo sentido votou o Ministro LUIZ FUX:

Eu fiz algumas anotações, Senhora Presidente, porque, no meu modo de ver, bastaria acompanhar o voto do Relator, de que efetivamente nós estamos diante de um crime multitudinário. Esses delitos foram praticados por uma multidão espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas e coisas. Eles têm as suas características. O agrupamento de pessoas foi organizado de forma espontânea - falou-se em Festa da Selma -, há liderança e organicidade, que estão sendo apuradas por sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes, e foram impulsionadas pela emoção e pelo tumulto com um objetivo comum.

Igualmente votou a então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Dessa maneira, assiste inteira razão ao Ministério Público em relação a co-autoria em crimes multitudinários praticada por LUIS ANTONIO VEIGA aos crimes de associação criminosa e incitação ao

AP 1354 / DF

crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais, no contexto dos crimes multitudinários, pois em crimes dessa natureza, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, de que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim, conforme já reconhecido pelo PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no momento do recebimento da denúncia:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

(...)

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, conseqüentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta

AP 1354 / DF

SUPREMA CORTE. Precedentes.

(INQ 4921 RD-quadringentésimo trigésimo oitavo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 9/5/2023 a 15/5/2023)

As co-autorias nos crimes de associação criminosa (CP, art. 288, *caput*) e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (CP, art. 286, parágrafo único), em situações absolutamente idênticas, FORAM CONFESSADAS por, ao menos, 529 réus que encontram-se na mesma situação de LUIS ANTONIO VEIGA e realizaram ANPP - Acordo de Não Persecução Penal - com a Procuradoria-Geral da República, comprometendo-se a:

- (i) prestar serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 150 (cento e cinquenta) horas;**
- (ii) participar presencialmente de curso com a temática sobre Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado, com carga horária de 12 (doze) horas;**
- (iii) abster-se de participar de redes sociais abertas;**
- (iv) cessar todas as práticas delitivas objeto da presente ação penal, não sendo processado por outro crime ou contravenção penal; e**
- (v) adimplir prestação pecuniária, cujo valor foi fixado em, até, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

Não há dúvidas, portanto, sobre a consumação dos delitos praticados em co-autoria por LUIS ANTONIO VEIGA.

3. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL).

AP 1354 / DF

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

O Ministério Público, em suas alegações finais, sustenta que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 8 de janeiro de 2023.

O acampamento montado em frente aos Quartéis-Generais, mais especificamente o situado em Brasília/DF, apresentava uma complexa e engenhosa organização, demonstrando a estabilidade e a permanência da associação, pressuposto do tipo objetivo.

Conforme demonstrado pela PGR, o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido anteriormente, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder.

Há diversos registros, inclusive, como apontado pela PGR, sobre a estrutura e a organização observadas no acampamento montado no QGEx, comprovando a materialidade do delito de associação criminosa, conforme detalhado nas alegações finais apresentadas pelo Ministério Público:

A materialidade e a autoria delitivas foram comprovadas nos autos.

No ponto, o delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de ao menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumir. O verbo nuclear do tipo “associar” faz referência a uma reunião

AP 1354 / DF

não eventual de pessoas, de modo que, para a configuração do tipo, é fundamental que um caráter relativamente duradouro seja verificado no agrupamento.

A consumação do crime é verificada no momento em que ocorre a integração do terceiro sujeito ao grupo, bastando, portanto, que seja praticada a conduta prevista no núcleo do tipo (associar-se), tendo por propósito o fim específico de cometer crimes. No ponto, ainda que não seja possível precisar o instante em que o terceiro sujeito aderiu ao grupo, associando-se para a prática de crimes, é certo que referido momento ocorreu anteriormente a 8.1.2023, de modo que a incidência no tipo penal de associação criminosa prescinde da participação efetiva nos atos violentos verificados.

Referida conclusão é confirmada pelo fato de o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército possuir complexa organização, com distribuição das tendas em setores específicos, sendo destinadas à cozinha e despensa, a medicamentos e atendimento médico, e ao fornecimento de energia por geradores. A presença de acesso à internet, informações, local para realização de cultos religiosos e diversas outras organizações internas afasta a tese de ausência de estabilidade e permanência da associação formada.

O insuflamento à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado ocorreu de forma constante e reiterada, com a incitação pública à prática de crimes pelos associados, culminando nos crimes multitudinários de 8.1.2023.

A associação atuava dolosamente, unida pelo vínculo subjetivo. No ponto, deve ser anotado não ser necessário, para a configuração do vínculo subjetivo, que os agentes se conheçam, bastando a ação por imitação ou sugestão. Referida sugestão deflagradora do comportamento multitudinário iniciou-se antes mesmo de 8.1.2023, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, almejando a insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo fazia

AP 1354 / DF

expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”. Não há que se cogitar, assim, de uma mera manifestação pacífica.

No mesmo sentido, não é exigido que a conduta de todos seja idêntica, desde que se insira na linha de desdobramento causal dos fatos típicos puníveis. No ponto, a instrução probatória comprovou que o réu se aliou subjetivamente à associação criminosa (consciência da colaboração e voluntária adesão), com estabilidade e permanência, objetivando a prática das figuras típicas imputadas (finalidades compartilhadas), sendo o resultado produto de uma obra comum. Não há que se falar, portanto, em individualização insuficiente da conduta.

Nesse sentido, não importa se a adesão foi anterior ou concomitante à execução do delito, mas, sim, que a conduta praticada por cada agente influencie no resultado criminoso, como ocorreu na espécie. De fato, ainda que o réu tenha chegado ao acampamento em momento posterior à sua criação, o mero fato de ter aderido subjetivamente ao propósito ilícito difundido pela estrutura é suficiente para a configuração do tipo penal.

Quanto ao vínculo de natureza psicológica (subjetiva), importa consignar que são puníveis os agentes que agem e concorrem, voluntária e conscientemente, para produzir a obra comum. Não se exige, porém, prévio acordo ou entendimento recíproco, bastando que as vontades ou representações do resultado estejam encadeadas por meio de um liame de ordem subjetiva. Da análise dos autos, é possível reconhecer que o grupo criminoso, e especificamente o réu, agia com o conhecimento de que cada interveniente concorria com a ação de outrem, tendo ciência, ainda, de que contribuía para configurar o fato.

As circunstâncias do acampamento, sua estrutura e viés antidemocrático impedem a tese de que o réu não se teria associado com o propósito de cometer crimes. Ao revés, com relação aos atos criminosos praticados, é inegável a vinculação

AP 1354 / DF

psicológica dos integrantes da associação, o que é demonstrado pela existência de agrupamento permanente, estável e organizado, com estrutura física montada, em que ideias atentatórias ao Estado Democrático de Direito e aos Poderes Constituídos eram amplamente difundidas.

Sobre os tipos penais imputados ao acusado, o Ministério Público prosseguiu, ressaltando que o crime de associação criminosa, ao tutelar a paz pública, é crime formal de consumação antecipada, configurado quando três ou mais pessoas se reúnem com a intenção de cometer crimes indeterminados, os quais independem da efetiva consumação.

A associação deve ser duradoura, e o crime se consuma com a adesão do terceiro membro ao grupo, desde que o propósito seja cometer crimes.

Destaca-se, ainda, que a complexa organização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, com setores específicos para diversas necessidades, demonstra a estabilidade e permanência ínsitos da associação criminosa, o que é o suficiente para a necessária subsunção do fato à norma, em juízo de materialidade delitiva.

Colhe-se, por outro lado, da ampla instrução processual levada a efeito, assim como da manifestação ministerial, que a incitação à abolição do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado eram constantes, de modo a culminar, inclusive, nos crimes cometidos no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Tem-se, ainda, que a associação criminosa atuava dolosamente, unida por um vínculo subjetivo de sugestão, não se exigindo que todos os agentes se conhecessem, haja vista que as ações, no contexto de crimes desse jaez, ocorrem por imitação ou sugestão. Certo é, aliás, que a instigação catalizadora da associação criminosa iniciou-se em data anterior a 8 de janeiro de 2023, por meio de mensagens e redes sociais, com a conclamação popular pela tomada do poder.

No caso dos autos, consoante já destacado, a prova produzida

AP 1354 / DF

demonstrou que o réu associou-se voluntariamente à associação criminosa com estabilidade e permanência, visando às finalidades ilícitas compartilhadas. A adesão do réu ao propósito ilícito da associação é suficiente para a configuração do crime, independentemente do momento em que se fixou no acampamento.

O vínculo subjetivo (psicológico) implica que todos os agentes, agindo voluntária e conscientemente, contribuem para o resultado criminoso. Não é necessário prévio acordo, bastando o encadeamento das vontades. A análise dos autos confirma, em suma, que o grupo agia com conhecimento mútuo das ações e consequências.

Registre-se, nesse contexto, trecho de voto da Ministra Rosa Weber, na AP 1.060 (Sessão Plenária de 13/9/2023), elucidativo dos elementos aptos a configurar o crime de associação criminosa:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Embora tenha feito uso do direito constitucional de permanecer em silêncio durante o seu interrogatório judicial, em sede policial afirmou que saiu de sua cidade Joinville/SC e chegou ao Quartel-General do Exército em Brasília no domingo, dia 8/1/2023. (eDoc. 2, fl. 79).

AP 1354 / DF

A confissão é corroborada por, ao menos, 529 réus co-autores dos crimes que confessaram a mesma conduta e firmaram ANPPs com a Procuradoria-Geral da República, devidamente homologados por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Nesse contexto, inclusive, destaquem-se as fotografias juntadas na denúncia que demonstram uma estrutura bem organizada, com barracas, lonas, água, geradores e carregadores de celular.





Consoante já ressaltado, a análise das condutas perpetradas não pode ser dissociada da associação criminosa que acarretou na barbárie presenciada no dia 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, sendo de se destacar que o bando golpista encontrava-se extremamente organizado e com tarefas bem definidas, cabendo ao acusado, no caso, a permanência junto ao acampamento golpista de modo a incitar a prática de crimes por terceiras pessoas, assim como a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes Republicanos devidamente constituídos, sendo o que basta para a materialidade dos delitos de associação criminosa e incitação ao crime.

Verifica-se, portanto, o intuito comum à atuação da horda golpista, extremamente organizada e efetiva do acusado **LUIS ANTONIO VEIGA** ao se credenciar para fazer parte do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF.

Na presente ação penal, portanto, constata-se a comprovação, acima de qualquer dúvida razoável, da aderência do acusado à turba golpista,

AP 1354 / DF

apta a comprovar seu elemento subjetivo do tipo – DOLO – para a prática do crime imputado pela Procuradoria-Geral da República e previsto no artigo 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

A conclusão referida é reforçada pelo fato de que, mesmo após o dia 8 de janeiro de 2023, o acusado **LUIS ANTONIO VEIGA**, permanecia no acampamento golpista, montado em frente ao Quartel-General do Exército, de modo a manter vivo o movimento desordeiro e a busca por um golpe de Estado, até sua detenção pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu LUIS ANTONIO VEIGA pela prática do crime previsto no art. 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

4. INCITAÇÃO AO CRIME EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos,

AP 1354 / DF

especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, § 4º), com a conseqüente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao réu.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; conseqüentemente, a conduta por parte do réu revela-se gravíssima e corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso

AP 1354 / DF
Código Penal.

O teor do movimento golpista que culminou nos ataques aos edifícios-sede dos Poderes variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e a conclamação das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito.

Trata-se do tipo penal inserido pela Lei 14.197/21 que abriu novo Título no Código Penal com vistas a proteger o bem jurídico previsto no artigo vestibular da Constituição e objeto de mandado de criminalização previsto no seu art. 5º, XLIV. Isso porque os Crimes contra o Estado Democrático de Direito trazem uma noção de proteção de bem jurídico fundamental e não simplesmente a tutela da segurança nacional.

O tipo penal consagra um instrumento protetivo do Estado Democrático de Direito, como ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

“(...) o Estado Democrático de Direito precisa contar com instrumentos legais para combater atividades ilegais, que considerem meios alternativos e violentos para chegar ao poder. Por isso, para assegurar a soberania, o poder nas mãos do povo, exercido pelo pluralismo político, além de garantir a defesa da paz, repudiando atos de grupos armados avessos à democracia”. (Código Penal Comentado, 23ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1503).

A legislação estabeleceu a tipificação desse crime, como absolutamente necessário à preservação do Estado Democrático de Direito e de suas Instituições previstas na Constituição Federal, como bem ressaltado nas alegações finais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República:

O delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os Poderes Constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

Referida potencialidade é demonstrada pelo fato de que o movimento ao qual o réu aderiu possuía significativo grau de lesividade, ao clamar por uma ruptura constitucional que resultasse em tomada de poder pelas Forças Armadas. Tamanho movimento, iniciado na propagação de mensagens de teor antidemocrático por meio de redes sociais e que tomou forma concreta na montagem de acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, foi elemento essencial na sequência de eventos que resultaram no 8.1.2023. De fato, o cenário de destruição registrado em 8.1.2023 não prescindiu de apoio físico e intelectual fornecido pela incitação ao crime constante verificada no acampamento.

Nesse sentido, os atos praticados pelo réu resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático. A participação do réu, de forma estável e permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 286, parágrafo único, do Código Penal. O réu, assim, aderiu conscientemente à conduta daqueles que, de forma contínua, incitaram os atos que resultaram no 8.1.2023, razão pela qual não pode alegar ausência de dolo quanto ao resultado alcançado pelo grupo ao qual se associou.

AP 1354 / DF

Além disso, de forma a reiterar a sua adesão à finalidade antidemocrática, mesmo após os atos de 8.1.2023, o réu permaneceu no acampamento montado em frente ao Quartel-General em Brasília, o que resultou em sua prisão em flagrante em 9.1.2023.

O Ministério Público narra, ainda, que, entre outros crimes, os manifestantes, por meio de cartazes e *banners* pretendiam criar clima de animosidade e desconfiança das Forças Armadas em relação ao demais Poderes Republicanos, incluindo o governo legitimamente constituído. Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a “*tomada de poder*”, em uma investida que “*não teria dia para acabar*”.

O acusado **LUIS ANTONIO VEIGA** foi detido e conduzido à Polícia Federal, em 9 de janeiro de 2023, no interior do acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília.

Destaca-se que o réu, assim como diversas outras pessoas, se encontravam em um acampamento situado em frente ao Quartel-General do Exército, nesta cidade de Brasília/DF.

Ressalte-se, novamente, a declaração do réu, em seu interrogatório em sede policial, de que saiu de Pindamonhangaba/SP e chegou no acampamento localizado no QG do Exército no dia 8/1/2023, no qual havia diversas faixas de teor antidemocrático, o que demonstra sua adesão consciente à conduta perpetrada.

Sobre o acampamento, ficou exaustivamente demonstrado, quer por meio das imagens que acompanharam a denúncia, quer por meio do testemunho prestado, tratar-se de local extremamente organizado (contando, inclusive, com gerador de energia elétrica), dotado de autêntica divisão de tarefas e funções (barracas destinadas ao carregamento de aparelhos de telefonia celular, barracas destinadas ao entretenimento de crianças, barracas destinadas à distribuição de comida,

AP 1354 / DF

barracas destinadas à distribuição de água, barraca destinada a atendimentos de saúde, barraca destinada à atividade de massoterapia, barraca destinada ao recebimento de doações, entre outras). Observou-se, ademais, a existência de diversas faixas e *banners* com dizeres relacionados a temas políticos, envolvendo o ex-Presidente da República e o atual, restando evidenciado o intuito de provocar animosidade entre as Forças Armadas e os demais Poderes da República (conclamando a operação de Garantia da Lei e da Ordem, a novas eleições e a intervenção militar nesse sentido, fls. 07 do eDoc. 01).

O crime de incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais foi consumado, com dolo livre e consciente do réu, com a exteriorização pública da incitação às Forças Armadas para romper a ordem constitucional, o que revelou-se essencial e determinante para os eventos de 8 de janeiro de 2023.



Observa-se, ainda, que, mesmo após os atos de 8 de janeiro de 2023, o réu permaneceu no acampamento, resultando em sua prisão em

AP 1354 / DF

flagrante em 9 de janeiro de 2023, o que reforça a demonstração de sua adesão à finalidade golpista e antidemocrática, que visava à abolição do Estado de Direito.

Portanto, inequívoca a comprovação de que o réu aderiu à turba golpista que se encontrava em frente ao Quartel-General do Exército, pleiteando um golpe de Estado com intervenção militar e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de modo a levar ao fechamento dos poderes constituídos, tudo com base em leitura totalmente equivocada e deturpada do art. 142 da Constituição Federal, de modo a forçar as Forças Armadas, submetidas ao Presidente da República, a ir de encontro a sua missão constitucional.

A participação ativa do réu na dinâmica golpista, portanto, ficou amplamente comprovada, assente de qualquer dúvida, consumando a infração penal prevista no artigo art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu LUIS ANTONIO VEIGA pela prática do crime previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

5. DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO PENAL PARA CONDENAR O RÉU LUIS ANTONIO VEIGA nas penas dos artigos 286, parágrafo único, (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

6. DOSIMETRIA DA PENA

Passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, de acordo com o critério

AP 1354 / DF

trifásico descrito no art. 68 do Código Penal.

A dosimetria da pena deve levar em conta as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal em relação a cada caso concreto, de acordo com suas circunstâncias, pois encerra certa discricionariedade judicial para a sua efetivação, não havendo critérios matemáticos que vinculem o número de vetores positivos ou negativos previsto no referido artigo, com bem destacado pela eminente Min. ROSA WEBER:

“A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena” (HC 132.475 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 23/8/2016).

A identificação de circunstância desfavorável ao réu, a depender de sua gravidade, pode ensejar um acréscimo mais intenso na pena do que a presença, em outro contexto, de duas ou mais vetoriais negativas, que, no entanto, inspiram, em seu conjunto, menor grau de censurabilidade. Nesse sentido, o Min. EDSON FACHIN, em voto proferido na AP 863/SP, julgada pela Primeira Turma em 23/5/2017, assinalou que:

“(...) a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetoriais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena-base.”

Nesse mesmo sentido: TPA 5, Rel. Min. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe. 21/3/2019; AP 971, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe. 11/10/2016; AP 644 ED-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe. 21/2/2019; HC 99.270, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 09/10/2015; RHC 128.355, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 24/10/2017; RHC 152.050 AgR,

AP 1354 / DF

Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe. 28/5/2018; HC 107.409, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 10/5/2012; HC 132.475 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 23/8/2016.

Vejam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC 166.548 MC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe. 19/12/2018; HC 206.750, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 1º/10/2021; RHC 152.036, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 08/02/2018; ARE 1.224.175, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 2/9/2019; HC 208.353, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 17/11/2021; RHC 212.338, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe. 9/3/2022.

Assim, para a fixação da PENA BASE, no caso concreto, em atenção às circunstâncias do **artigo 59 do Código Penal**, tais como culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime, não se observam, objetivamente consideradas, elevada extrapolação dos elementos próprios aos ilícitos penais praticados, de modo que possível a fixação da pena base no mínimo legal.

A análise dos autos não demonstra existir quaisquer das condições de culpabilidade desfavorável ao réu.

Passo, portanto, à análise das demais etapas da fixação de pena para cada infração penal.

6.1) art. 288, *caput*, do Código Penal (Associação Criminosa)

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Com base na inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis

AP 1354 / DF

ao réu, fixo a pena-base mínima em 1 (um) ano de reclusão.

Não se observam, ainda, circunstâncias agravantes a serem reconhecidas, sendo de se ressaltar que, embora presente a circunstância atenuante prevista no artigo 65, inciso III, alínea *e*, do Código Penal (ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não a provocou), esta não pode resultar em pena aquém do mínimo legal.

Nesse sentido, o Tema 158 deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ("*Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal*"), fixado no julgamento do RE 597.270 QO-RG, Relator Ministro CEZAR PELUSO, j. 26/3/2009.

Pena definitiva. Ante a inexistência de causas de aumento e de diminuição, torno a **pena mínima em definitiva em 1 (um) ano de reclusão.**

6.2) art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

Dispõe a norma penal:

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, deixo de fixar a pena privativa de liberdade

AP 1354 / DF

para fixar exclusivamente a **pena de multa**, medida, esta, socialmente recomendável, sendo adequada e suficiente para a repreensão do delito.

Nos termos do artigo 49 do Código Penal, *“a pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa”*, sendo este estabelecido *“no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa”*.

Nesse contexto, portanto, verifica-se que, como forma de se atender às finalidades da sanção penal, dentre as quais a retributiva, a preventiva e a ressocializadora, suficiente a fixação da multa em **20 (vinte) dias-multa**, sendo o **valor unitário** fixado em **1/2 (meio) salário mínimo nacional**.

Pena definitiva. Torno a **pena de multa definitiva em 20 (vinte) dias-multa, fixado o valor unitário em (1/2) meio salário mínimo nacional vigente à época dos fatos.**

7. TOTAL DAS PENAS E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.

Consideradas as penas para cada crime acima fixadas, e a existência de concurso material (CP, art. 69), **FIXO A PENA FINAL do réu LUIS ANTONIO VEIGA, em relação ao crime do artigo 288 do Código Penal, em 1 (um) ano de reclusão, e, em relação ao crime do artigo 286, parágrafo único, do Código Penal, no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, fixado o valor unitário em 1/2 (meio) salário mínimo nacional, à época dos fatos.**

No caso dos autos, observa-se que o réu **LUIS ANTONIO VEIGA** foi condenado, por crime doloso, a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, de modo que, nos termos do art. 33, §§ 2º, ‘a’, e 3º, do Código Penal, fixo o regime **aberto** para o início do cumprimento da reprimenda no tocante ao crime previsto no artigo 288 do CP.

AP 1354 / DF

Observo, ademais, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal, haja vista o montante de pena aplicável, tratando-se de medida socialmente recomendável.

Nestes termos, portanto, **substituo a pena privativa de liberdade fixada por restritivas de direitos**, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, consistentes em:

(i) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a ser indicado pelo juízo de execução;

(ii) Participação em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre “*Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado*”, com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(iii) Proibição de ausentar-se da Comarca em que reside até a extinção da pena;

(iv) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(v) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome do condenado;

(vi) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

Havendo descumprimento injustificado das penas substitutivas impostas, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

AP 1354 / DF

8. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MÍNIMA (ART. 387, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). FIXAÇÃO DE MONTANTE A TÍTULO DE DANOS MORAIS COLETIVOS, EM FAVOR DO FUNDO PREVISTO NO ARTIGO 13 DA LEI 7.347/1985.

A Procuradoria-Geral da República apresentou pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização mínima, conforme artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, a título de danos morais coletivos evidenciados pela prática dos crimes objeto da denúncia.

Os eventos descritos na denúncia, relacionados aos acampamentos golpistas montados em frente ao Quartel-General do Exército, resultaram em significativos prejuízos financeiros tanto para os cofres públicos quanto para a população em geral. Segundo informações reveladas pela imprensa (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/exercito-gastou-quase-r-400-mil-durante-atos-golpistas-no-qg-de-brasilia>), o Exército Brasileiro gastou quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em operações de segurança e manutenção da ordem no entorno dos acampamentos. Esses gastos, que envolvem não apenas a presença de forças de segurança, mas também operações logísticas e de apoio, para manutenção da ordem, representam um ônus significativo ao erário público, haja vista que referido montante poderia ser direcionado a políticas públicas essenciais em prol da população brasiliense.

Além do gasto com segurança, os dispêndios relativos à limpeza urbana, nos dias que se seguiram à desocupação dos acampamentos, merece destaque, na medida em que, conforme noticiado (<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/slu-recolhe-60-toneladas-de-lixo-de-acampamento-no-qg-do-exercito-em-brasilia.ghtml>), o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal recolheu 60 toneladas de resíduos, gerando custos elevados, que envolveram não apenas a utilização de quinze caminhões de lixo, como também a utilização de trabalhadores que poderiam ser alocados em outras

AP 1354 / DF

atividades, além de aumentar riscos com a saúde pública e a propagação de doenças.

Quanto ao ponto, dispõe o art. 91, inciso I, do Código Penal:

“São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”.

Já o art. 387, IV, do Código de Processo Penal estabelece que:

“O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

A necessidade de indenização pelos danos morais advindos da prática dos crimes é indiscutível nos autos, haja vista o prejuízo difuso e coletivo causado pela ação da horda golpista, que visava à ruptura institucional, com a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público. Certo é, ainda, que referida horda já se encontrava em acampamentos espalhados pelo país – o que inclui o acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército – desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022.

Sobre dano moral coletivo, merece destaque a lição de Carlos Alberto Bittar Filho:

“Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi

AP 1354 / DF

agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara de dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnum in re ipsa*)” (Dano moral coletivo no atual contexto brasileiro. Revista de Direito do Consumidor n. 12. São Paulo : Revista dos Tribunais, out-dez, 1994, p. 55).

No caso dos autos, é patente a frontal violação ao dever de observância à Constituição Federal e a seus valores supremos, calcados no Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.

Conforme destaquei em minha posse na Presidência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

A Democracia não é um caminho fácil, exato ou previsível, mas é o único caminho.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

A Democracia é uma construção coletiva de todos que acreditam na soberania popular, e mais do que isso, de todos que confiam na sabedoria do povo, que acreditam que nós, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, somos

AP 1354 / DF

passageiros, mas que as Instituições devem ser fortalecidas, pois são permanentes e imprescindíveis para um Brasil melhor, para um Brasil de sucesso e progresso, para um Brasil com mais harmonia, com mais Justiça Social, com mais igualdade e solidariedade, com mais amor e esperança!!!!

Em suma, portanto, é de se destacar que o que pode ser extraído do caso presente é o absoluto desrespeito a princípios constitucionais de observância obrigatória, sobre os quais não pode ser admitida qualquer margem ou limite transacional.

Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva, em vista do que emerge como consectário lógico a obrigação de indenização pelos danos decorrentes do delito, conforme art. 91, I, do Código Penal, e art. art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Imprescindível ainda assentar que a sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Esta SUPREMA CORTE já se manifestou no sentido de que a condenação criminal pode fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), podendo incluir nesse montante o valor do dano moral coletivo (STF. Segunda Turma. AP 1.002/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2020 e AP 1.025, Rel. Min. Edson Fachin, julgada pelo Plenário em 1º/6/2023).

No recente julgado do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na mencionada AP 1.025, Rel. Min. Edson Fachin, versando caso com reconhecimento de malferimento do patrimônio público a partir das condutas praticadas pelos acusados, cuja inteligência, guardadas as devidas especificidades, pode facilmente ser agora renovada, decidiu-se, a partir da leitura dos art. 5º, X, da Constituição Federal; art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor; do art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, pela demonstração do necessário nexos

AP 1354 / DF

causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira:

“Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral. “

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.

9. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL para CONDENAR o réu LUIS ANTONIO VEIGA**, em concurso material (CP, art. 69), a:

(1) 1 (um) ano de reclusão pela prática do crime previsto no art. 288, caput, do Código Penal (Associação Criminosa), substituída a pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, pela **PENA RESTRITIVA DE DIREITOS**, consistente em:

(1.1) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a

AP 1354 / DF

ser indicado pelo juízo de execução;

(1.2) Participação presencial em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre “*Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado*”, com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(1.3) Proibição de ausentar-se da Comarca em que reside até a extinção da pena;

(1.4) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(1.5) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome do condenado;

(1.6) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

(2) 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor de 1/2 (meio) salário mínimo à época dos fatos, pela prática do crime previsto no artigo 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais);

(3) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), como pagamento do valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos, a ser adimplido de forma solidária pelos demais condenados, em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985.

Havendo descumprimento injustificado da pena substitutiva imposta, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

Após o trânsito em julgado:

AP 1354 / DF

(a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

(b) expeça-se guia de execução definitiva.

Custas pelo condenado (art. 804 do Código de Processo Penal).

É O VOTO.